

**24 - 11 | 2024**

# MODELO DE REPRESENTAÇÃO SOCIOLOGICA NA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: UMA INTERLOCUÇÃO INGRESSE A TEORIA E A PRÁTICA

Model of sociological representation in politics in Mozambique: an interlocution between theory and practice

Modelo de representación sociológica en la política en mozambique: una interlocución entre teoría y práctica

Custódio Marcelino Afonso<sup>1</sup>, Lilamo Pereira<sup>2</sup>, Cosme Egídio Cachingue<sup>3</sup>, Sidney Lobo<sup>4</sup>, Joaquim Mpamela<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Doutorando no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UCM-Quelimane-Moçambique: [custodiomarcelino4@gmail.com](mailto:custodiomarcelino4@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutorando no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UCM-Quelimane- Moçambique: [lilamopereira@uniscad@gmail.edu.mz](mailto:lilamopereira@uniscad@gmail.edu.mz)

<sup>3</sup>Doutorando no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UCM-Quelimane- Moçambique: [cosmecachingue.cc@gmail.com](mailto:cosmecachingue.cc@gmail.com)

<sup>4</sup>Doutorando no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UCM-Quelimane- Moçambique: [slobo@ucm.ac.mz](mailto:slobo@ucm.ac.mz)

<sup>5</sup>Doutorando no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na UCM-Quelimane- Moçambique: [joaquimmpamela8@gmail.com](mailto:joaquimmpamela8@gmail.com)

Autor para correspondência: [custodiomarcelino4@gmail.com](mailto:custodiomarcelino4@gmail.com)/ [slobo@ucm.ac.mz](mailto:slobo@ucm.ac.mz)

Data de recepção: 07-10-2024

Data de aceitação: 15-13-2024

**Como citar este artigo:** Afonso, C. Pereira, L. Cachingue, C. Lobo, S. Mpamela, J (2024). Modelo de Representação Sociológica na Política em Moçambique: Uma Interlocução ingresse a Teoria e a Prática. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(5), 103-112. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/7>.

## RESUMO

O presente artigo reflecte sobre o Modelo de Representação Sociológica na Política em Moçambique, a partir de uma Interlocução ingresse a Teoria e a Prática. Com base na abordagem qualitativa, foi possível obter percepções e opiniões dos participantes da pesquisa e examinadas à luz dos autores lidos. Recorreu-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista, que foram úteis para aprofundar melhor o tema estudado. De igual modo, optou-se por uma amostragem não probabilística de 15 participantes de tipo intencional, dentre docentes universitários e funcionários públicos afectos em várias instituições, privadas e públicas. O estudo compreende que a representação sociológica é a via pelo qual os

indivíduos, um grupo colectivo ou mesmo uma sociedade têm sobre uma determinada questão ou matéria. Assim, para tornar real a representação sociológica na política moçambicana, há que se levar em conta o modelo espelho ou sociológico, pelo facto de este estar assente na vontade popular. Assim sendo, para ser representante em sede parlamentar, a condição não pode ser só a pertença de uma determinada filiação partidária, mais também ser cidadão nacional, onde poderá submeter projecto e proposta de candidatura. Outrossim, a insuficiência democrática é a falha do sistema de funcionamento da política e da governação do Estado. Para que haja uma representação sociológica efectiva em Moçambique, para além do modelo espelho ou sociológico, os representantes devem pautar pela

transparência meritocrática, que significa assistir ao funcionamento célere e independente da justiça, partilhar causas e objectivos comuns, tomar conta e cuidar afincadamente do solo pátrio.

**Palavras-chave:** Modelo, Representação, Representação sociológica, Política.

## ABSTRACT

This article reflects on the Model of Sociological Representation in Politics in Mozambique, based on an Interlocution between Theory and Practice. Based on the qualitative approach, it was possible to capture perceptions and opinions of research participants and examined them in light of the authors read. We used bibliographic and documentary research techniques and interviews, which helped us to deepen our knowledge of the topic. Likewise, we opted for a non-probability sampling of 15 intentional subjects, among university professors and public employees working in various institutions, private and public. The study understands that sociological representation is the way in which individuals, a collective group or even a society have a view on a given issue or matter. Therefore, to make sociological representation real in Mozambican politics, the mirror or sociological model must be taken into account, as it is based on the popular will. Likewise, to be a representative in a parliamentary seat, the condition cannot only be belonging to a specific party affiliation, but also being a national citizen, where you can submit a project and candidacy proposal. Furthermore, democratic insufficiency is the failure of the State's political and governance functioning system. In order for there to be effective sociological representation in Mozambique, in addition to the mirror or sociological model, representatives must be guided by meritocratic transparency, which means assisting the rapid and independent functioning of justice, sharing common causes and objectives, taking care of and diligently caring for the soil homeland.

**Keywords:** Model, Representation, Sociological representation, Politics.

## RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre el modelo de representación sociológica en la política en Mozambique, basado en una interlocución entre teoría y práctica. A partir del enfoque cualitativo, fue posible captar percepciones y opiniones de los participantes de la investigación y examinarlas a la luz de lo leído por los autores. Se utilizaron técnicas de investigación bibliográfica, documental y entrevistas, que nos ayudaron a profundizar nuestro conocimiento sobre el tema. Asimismo, se optó por un muestreo no probabilístico de 15 sujetos intencionales, entre profesores universitarios y empleados públicos que laboran en diversas instituciones, privadas y públicas. El estudio entiende que la representación sociológica es la forma en que los individuos, un grupo colectivo o incluso una sociedad tienen una visión sobre un tema o asunto determinado. Por tanto, para hacer real la representación sociológica en la política mozambiqueña, se debe tener en cuenta el espejo o modelo sociológico, ya que se basa en la voluntad popular. Asimismo, para ser representante en una banca parlamentaria la condición no solo puede ser pertenecer a una afiliación partidista específica, sino también ser ciudadano nacional, donde se puede presentar un proyecto y propuesta de candidatura. Además, la insuficiencia democrática es el fracaso del sistema de funcionamiento político y de gobernanza del Estado. Para que exista una representación sociológica efectiva en Mozambique, además del espejo o modelo sociológico, los representantes deben guiarse por la transparencia meritocrática, lo que significa contribuir al funcionamiento rápido e independiente de la justicia, compartir causas y objetivos comunes, cuidar y cuidando diligentemente el suelo patria.

**Palabras clave:** Modelo, Representación, Representación sociológica, Política.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo reflecte sobre o Modelo de Representação Sociológica na Política em Moçambique, a partir de uma Interlocação

ingresse a Teoria e a Prática. Em Moçambique a representação sociológica no campo político, baseia-se a luz de um processo eleitoral, onde os partidos políticos indicam os principais proponentes políticos legíveis para representar a sociedade em sede do parlamento. Estes, servem como olhar do povo no processo de tomada de decisões para o destino do País em geral. Neste caso, o processo decorre em cada cinco anos através do sufrágio eleitoral.

Apesar da existência de todos procedimentos protocolares para a representação sociológica, nem sempre os anseios da comunidade são corporalizados nos planos políticos para a sua efetivação. Esta indagação, cinge nos problemas que em parte são apresentados por alguns cidadãos como a insuficiência de medicamentos nos hospitais, alto nível de corrupção, má nutrição, seguimento das agendas do ocidente sobretudo o processo de educação, pobreza, fragilidades institucionais, entre outras.

De acordo com as inquietações citadas acima, em parte, estas podem ser vistas como sendo um factor impulsionador para a insatisfação da população concernente o modelo de representação ou por outra, o tipo de representantes eleitos. Dai que, partimos com as seguintes perguntas: *como podemos tornar a representação sociológica uma realidade na política Moçambicana? Se o parlamento refletisse as características da população, haveria necessidade de o parlamento estar a receber pedido uma vez que todo substrato da sociedade está lá representado? Se o parlamento Moçambicano for espelho da sociedade, não seria isso uma insuficiência democrática?*

Porém, as questões levantadas tiveram um olhar atendo no desenvolvimento desta pesquisa. No entanto, a representação sociológica tem-se destacado como um factor-chave para o crescimento de um Estado. Ademais, assume um papel activo na promoção de mudanças positivas das sociedades como também nos diferentes aspectos que influenciam diretamente a vida diária das pessoas. Assim, em Moçambique a adopção da prática de representação

sociológica na política, não apenas deve ser visto como um figurino, mas também, trazer benefícios consideráveis e visíveis em termos de vantagem para a população. Portanto, com esta pesquisa, objectiva-se em compreender o modelo de representação sociológica na política em Moçambicana e de forma específica refletir sobre o modelo de representação sociológica em Moçambique.

Este artigo discute de maneira a suscitar aspecto sobre o modelo de representação sociológica na política em moçambicana, onde dissecar de forma detalhada as formas como os anseios da população são apresentados pelos 250 deputados no parlamento e em parte a qualidade das abordagens destes representantes com relação aos problemas do seu círculo eleitoral.

Contudo, o presente artigo foi estruturado da seguinte forma; a primeira parte, onde contempla a introdução, problema, justificativa e objectivos; a segunda, é ilustrada os procedimentos metodológicos usados para a efectivação deste desiderato científico; a terceira, estado da arte, onde é feito o debate teórico concernente ao tema; a quarta, apresentação das percepções em torno do tema proposto e por fim a quinta secção, considerações finais e seguimento das referências bibliográficas.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para a materialização deste desiderato científico, optamos por uma abordagem qualitativa, com base no guião de entrevista com perguntas abertas foi possível recolher opiniões, ideias, expectativas e experiências dos funcionários públicos e docentes universitários sobre o modelo de representação sociológica na política em Moçambicana. Para a recolha de dados recorremos as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. As mesmas permitiram de certa forma aprofundar o tema em alusão mediante a consulta de vários autores que subentendem da matéria.

Não obstante, optou-se pela amostragem não probabilística de 15 sujeitos de pesquisa do tipo intencional, dentre funcionários públicos,

docentes universitários do sector público e privado. Para a seleção dos entrevistados, assentamos no nível académico, começando da licenciatura até no Doutor, e com a capacidade interpretativa do tema. No entanto, os dados colhidos foram analisados mediante a técnica de análise de conteúdo apresentado por Bardin (2011), que consiste em agrupar as respostas obtidas em cada pergunta, a posterior analisada e feita a triangulação no entendimento dos autores citados no trabalho, dos entrevistados e o posicionamento dos autores da pesquisa.

#### *Representação sociológica: reflexões e debates*

Mediante estudos consultados, percebemos que a origem das representações, numa concepção sociológica, começou com o Sociólogo Durkheim. Neste caso, conforme Moscovici (2005), na óptica da Psicologia, o primeiro andamento foi apresentado por Piaget ao pesquisar a representação do mundo da criança. O estudo apresentado sobre o pensamento infantil contribuiu de certa forma para a percepção de que na interação da criança com seus parentes e nas situações por ela vivenciadas é que ocorre uma evolução das representações.

Osti (2013) considera o progresso do desenvolvimento humano dentro de uma sequência universal, podemos dizer que o indivíduo evolui em sua compreensão do mundo em uma sequência ordenada, portanto, sua forma de compreender e organizar a realidade depende do desenvolvimento alcançado por suas estruturas intelectuais. Para o autor acresce que o conhecimento social se refere às representações elaboradas pelo homem a partir de suas inúmeras actividades. Trata-se da compreensão das ideias sobre si mesmo e a respeito dos outros (p.37).

Desta forma, é perceptível que a representação no prisma de Piaget (1979), abrange neste caso o acto de gerar, de criar opiniões, é a concepção de Universo do sujeito. Na mesma ordem de ideias, Denegri (1998) entende que as representações construídas pelo indivíduo se

compõem de imagens e conceitos referentes às pessoas, as interações entre elas e as expectativas dessas, assim como os papéis sociais, os valores e normas que regulam a cultura e a sociedade.

Assim, com base no apoio epistemológico de Piaget, baseando na teoria das representações sociais de Moscovici denota-se o seguinte:

O indivíduo, ao agir sobre o mundo, elabora modelos do funcionamento social. Esse é um trabalho que o indivíduo deve realizar com a ajuda dos outros, baseando-se no conhecimento acumulado pelas gerações que o antecederam, pois não pode ser recebido pronto. Trata-se, portanto, de um trabalho psicológico realizado no âmbito social. (Cantelli, 2009, p. 80).

Nos ancoramos mediante o exposto, pelo facto dos indivíduos terem a capacidade da elaboração de um modelo de funcionamento do processo de representação sociológica. Logo, este saber nos resvala a um caminho de que todas as sociedades têm o processo de representação sociológica em vários domínios.

Estes desígnios acima abordados, enquadram neste estudo, na medida em que a representação sociológica na política moçambicana decorre por via de eleições onde os cidadãos elegem os seus representantes para evocar as suas indagações ou preocupações em sede de parlamento. Esta representação é o resultado da interação social, pelo que são semelhantes a um determinado conjunto de indivíduos.

A ideia acima é defendida por Doise (1992) ao postular que a representação sociológica é a análise das regulações efectuadas pelo metassistema social no sistema cognitivo que constitui o estudo propriamente dito das representações sociais, desde que suas ligações com as posições específicas num conjunto de relações sociais sejam explicitadas.

O autor acrescenta ainda que essas posições, os princípios organizadores do metassistema variam; eles podem, por exemplo, exigir uma aplicação rigorosa de princípios lógicos

através de um trabalho feito, ou visar, sobretudo, a defesa da coesão do grupo quando em conflito com um outro grupo. Nesses dois casos o funcionamento cognitivo, como é entendido habitualmente ou como o entendem os autores que trabalham sobre a cognição social é, com efeito, regido por regulações sociais diferentes, por relações normativas que controlam, verificam, dirigem as operações cognitivas. (Doise, 1992, p.13).

As relações estabelecidas e referenciadas por Doise, nos toca a uma percepção de que as regulações sociais referem-se ao espaço vivencial, propriamente dito, onde as representações são construídas e a posterior apresentadas em sede parlamentar para a verificação, avaliação e a tomada de decisão.

No entendimento Parreira et.al (2018) defendem que:

A comunicação intersubjetiva, entre indivíduos, grupos e culturas, com as suas assimetrias, descontinuidades e tensões, pode desembocar em compromissos ou em conflitos, em transformações dos pressupostos do conhecimento ou na sua manutenção, de acordo com aquilo que for mais pertinente num quadro que é o das condições socioculturais vigentes. Não é um processo que possa garantir uma aproximação progressiva a formas de conhecimento mais perfeitas, ou à realização plena das capacidades humanas, mas tão só à transformação dos sistemas de representações ou das formas de conhecimento noutros que vêm tomar o seu lugar (p.19).

Noutra análise sobre modelo de representação sociológica, Moscovici (1978) entende que está baseado no pressuposto de que a imagem mental, que pode ser entendida como um modelo, uma crença, não se distânciada da opinião do indivíduo. Assim, a informação recebida é filtrada através de cognições e de valores próximos à percepção da realidade do indivíduo.

Para Moscovici (2003) as representações possuem até mesmo uma actividade

profissional, como ser professor, médico, pedagogo ou popularizador da ciência, pois esses profissionais têm a tarefa de criar e transmitir as representações, mesmo sem saber que o fazem.

O mesmo entendimento é reconhecido por Osti (2018) ao entender que o modelo de representações sociais determina ainda o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, condutas desejáveis ou admitidas (p.52)

As ideias dos autores Moscovici (2003) e Osti (2018) dão fé nesta pesquisa pelo facto de ilustrar de forma objectiva algumas actividades profissionais, cuja sua representação baseia-se à luz das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos. Este raciocínio, nos leva a uma percepção de que, no campo político moçambicano há esta representação ao nível do parlamento em que os grupos discutem ideias presentes.

Na perspectiva do Osti (2018) as representações são pensadas, partilhadas pelos indivíduos em seu meio e dentro de um grupo, elas podem penetrar, influenciar a mente de cada um, nesse movimento de trocas entre os indivíduos elas são reformuladas, reorganizadas e repensadas.

#### *Modelo de representação sociológico no campo político*

Como vinha mencionado que os processos da representação têm a sua legitimidade, cuja mesma é feita baseando-se na concretização da escolha de forma cíclica, em que os votantes escolhem os seus representantes legais que poderão ocupar os cargos políticos para defender os seus interesses.

Segundo Cotta (1992, p. 1102), estudiosos da Ciência Política apontam três modelos interpretativos alternativos sobre a matéria da função representativa e o papel dos representantes políticos: a representação como relação de delegação; como relação de confiança; como “espelho” ou representatividade sociológica. Para o autor, a delegação ou mandato imperativo confere ao

representante eleito a função de executor das determinações daqueles que o elegeu. Faz menção ainda, comparando com o mandato político imperativo com as funções de um embaixador, que recebe instruções permanentes e obrigatoriamente tem que cumpri-las, caso contrário seu mandato pode ser revogado.

Nessa linha de raciocínio, é possível argumentar no sentido de que a representatividade parlamentar se baseia na pura liberdade moral do mandato representativo e a responsabilidade como também na sinceridade do mandato imperativo.

Ainda nessa crescente busca de afirmação Cancian (s.d) olha a representação como relação de confiança, na medida em que confere ao eleito um mandato que se caracteriza como sendo autônomo, cujo campo de actuação política é abrangente, mas sempre voltada para defesa dos interesses dos eleitores em sua totalidade. Ou seja, o eleito representa o povo e tem a prerrogativa de agir livremente para os interesses do povo.

Sem ambições fatalistas, podemos aferir que este relacionamento de confiança é aquele no qual todas as partes envolvidas conseguem acreditar no comprometimento, depositar a confiança e esperança dos demais. De acordo com Cancian (s.d) essa concepção olha como uma utópica e pode ser considerada um desdobramento da ideologia da soberania nacional (ou vontade popular).

A concepção de representação como espelho (ou sociológica) Cotta (1992) entende como sendo a mais recente e sem dúvida mais realista em comparação com o modelo anterior. Ademais, este modelo deriva da crise do sistema de representação como relação de confiança que se assentava no princípio de soberania nacional (ou vontade popular).

Num outro entendimento, Cancian (s.d) a representação como espelho enxerga a sociedade como dividida entre variados grupos de interesses ou classes sociais. O autor acrescenta ainda que a escolha de representantes por meio da adopção do voto

proporcional representou o primeiro passo na direcção de um sistema representativo com base na concepção de representação política do tipo sociológica.

*Percepções sobre o modelo de representação sociológica na realidade política moçambicana.*

O presente artigo tinha como objectivo colher as percepções dos Funcionários Públicos e Docentes Universitários sobre o modelo de representação sociológica na política moçambicana. De igual modo, foram entrevistados quinze (15) sujeitos de pesquisa, destes, oito (08) funcionários públicos e sete (07) docentes universitários, onde as perguntas postas aos participantes das entrevistas foram semelhantes.

Assim, alguns funcionários públicos e docentes universitários questionados sobre como podemos tornar a representação sociológica uma realidade na política Moçambicana, afirmaram que, tornar-se real quando a causa primordial é defender os interesses do povo e que haja uma transparência na eleição dos representantes parlamentares.

Na minha opinião pode-se tornar real esta prática em Moçambique, quando os processos de candidatura forem transparentes e os candidatos estarem comprometidos com a causa do povo. (Trecho da entrevista com um dos docentes).

No meu entendimento o representante devia ser filho do povo moçambicano no verdadeiro sentido da palavra, ser patriota com sentimento e devoção a esta pátria; conhecer na verdade os problemas que apoquentam o povo em todos os estratos sociais, ser defensor de causas sociais; ser eleito a partir da base, ou seja, da comunidade. (Trecho da entrevista com um dos funcionários públicos).

Para se tornar uma realidade a representação, a condição não pode ser só a pertença de uma determinada filiação partidária, mas também ser

cidadão nacional, sobretudo, submeter projecto e proposta de candidatura. (Trecho da entrevista com um dos funcionários públicos).

Avaliadas as respostas dos entrevistados, nota-se uma aproximação na medida em que olham a transparência como sendo o factor crucial no processo de candidatura, que os candidatos tenham o domínio dos problemas reais da sociedade e sobretudo serem defensores da causa social.

Este posicionamento dos sujeitos entrevistados enquadra-se na ideia apresentada por Denegri (1998) ao entender que as representações construídas pelo individuo se compõem de imagens e conceitos referentes às pessoas, as interações entre elas e as expectativas dessas, assim como os papéis sociais, os valores e normas que regulam a cultura e a sociedade.

Nos ancoramos com as ideias dos sujeitos de pesquisa pelo facto de que esta prática, as acções devem estar viradas para a sociedade e os representantes terem a clareza sobre o poder parlamentar com relação à elaboração e interpretação das leis. Ademais, no tocante da ideia do Denegri (1998) nos leva a uma percepção de que a representação construída pelos indivíduos, os seus representantes em sede parlamentar, os debates devem reflectir nas preocupações daquele grupo.

Neste entendimento, olhamos esta forma de representação como sendo o modelo citado por Cotta (1992) que é o modelo espelho ou sociológico que deriva da crise do sistema de representação como relação de confiança que se assentava no princípio de soberania nacional (ou vontade popular).

De acordo com os conceitos apresentados pelos autores e opiniões dos sujeitos entrevistados perante a pergunta colocada, percebemos que na prática tornamos real a representação sociológica na política moçambicana à que se levar em conta o modelo espelho ou sociológico, pelo facto, este, estar assente na vontade popular. Dai que, uma das funções primordiais dos representantes eleitos é de fazer presente aquele que está ausente, independentemente de suas expectativas particulares.

Um outro aspecto a tomar em conta é a questão da “fidelidade partidária” em que os representantes em parte têm a ideia de representar com firmeza os interesses do povo, mas tem o medo de perder o mandato mesmo vendo as irregularidades. (Trecho da entrevista com um dos docentes).

Sousa (1971) explica que a disciplina devida à agremiação pela qual foi eleito remete ao mandato imperativo, na medida em que “a amplitude do mandato representativo e a liberdade dos representantes sofrem restrições” devendo subordinar-se ao programa do respectivo partido (idem, p. 58,59).

Nos apoiando com ideia apresentada por Osti (2018) que a efectivação do modelo de representação, primeiro as representações devem ser pensadas, partilhadas pelos indivíduos em seu meio e dentro de um grupo, elas podem penetrar, influenciar a mente de cada um, nesse movimento de trocas entre os indivíduos elas são reformuladas, reorganizadas e repensada.

Num outro entendimento há entrevistados questionados sobre o parlamento Moçambicano se for espelho da sociedade, não seria isso uma insuficiência democrática, alguns defendem que, o parlamento deveria ser o espelho político da nação, mas não retrata as particularidades gerais do país.

Passa a ser uma insuficiência democrática no ponto vista prático, isto é derivado da maneira como são indicados os representantes do povo. Os partidos políticos não tornam públicos a lista dos candidatos a representação do povo, facto que podia permitir conhecer com antecipação o perfil dos seus representantes legais. Portanto, este modelo não reflecte a democracia. (Trecho da entrevista com um dos funcionários públicos).

Entendo que a democracia está assente no povo, ou seja, ela pertence ao povo. Mas se nota a sua

insuficiência através dos critérios e métodos como ela é executada pelos representantes eleitos que não levam em consideração e nem aprofundam os problemas que afligem as classes mais baixas deste belo país. (Trecho da entrevista com um dos funcionários públicos).

O posicionamento dos sujeitos de pesquisa ancora-se na ideia deixada por Correia (2023,s.p) que conceito contemporâneo de democracia no século XXI, está intimamente ligado ao voto secreto, à separação de poderes, ao exercício da governação em função da causa pública, ao funcionamento da justiça, ao garante dos direitos e liberdades individuais, cívicas e ambientais e, por fim, à garantia da utilização de princípios e instrumentos que assegurem a meritocracia no que ao acesso e funcionamento de cargos públicos diz respeito.

As abordagens apresentadas por Correia (2023), não fazem menção à insuficiência democrática, mas sim, apontam aspectos que devem ser tomados em conta a efetivação de uma democracia robusta virada a uma governação voltada à causa pública. Esta ideia coincide com a de um dos entrevistados que defende a democracia estar assente no povo, ou seja, ela pertence ao povo. Outrossim, Correia olha as consequências da insuficiência democrática, como a falha do sistema de funcionamento da política e da governação do Estado.

No entanto, das abordagens apresentadas pelos entrevistados, tem um amparo perante ao posicionamento de Correia (2023), na medida em que olha a inexistência da insuficiência democrática como sendo o significado de viver em transparência meritocrática, significa assistir ao funcionamento célere e independente da justiça, significa partilharmos causas e objectivos comuns, significa tomarmos conta e cuidarmos afinadamente da nossa terra.

Neste contexto, de acordo a pergunta apresentada se o parlamento refletisse as características da população, haveria necessidade de o parlamento estar a receber pedidos uma vez que todo substrato da

sociedade está lá representado, dos sujeitos entrevistados defendem que:

Não haveria necessidade pelo facto dos representantes levarem consigo os problemas reais que apoquentam a sociedade em cada círculo eleitoral o qual representa. (Trecho da entrevista com um dos docentes).

O que acontece na minha opinião referente a nossa realidade, assistimos em grande escala, mais ataques entre as bancadas e não concretamente respectivos debates dos problemas que enfermam a sociedade, o que deixa a desejar a qualidade dos debates dos ditos representantes (Trecho da entrevista com um dos docentes).

No meu entendimento o parlamento Moçambicano sendo a casa magna, continuaria sim a receber pedidos para o melhoramento da vida dos moçambicanos, mas em menor escala, se de facto existisse uma representação legítima de todos os substratos sociais, e se o parlamento tomasse em consideração os pontos e problemas levantados (acesso a educação condigna; saúde; vias de acesso; trabalho e não privilegia uma determinada camada social). (Trecho da entrevista com um dos funcionários públicos).

Denota-se uma divergência de ideias apresentadas pelos sujeitos de pesquisa, onde, alguns entendem que não haveria e outros haveria a necessidade do parlamento estar recebendo pedidos. Assim, ficamos assentes na ideia de que recebendo ou não, na verdade existem indivíduos eleitos que possam nos representar, daí que a preocupação cinge em saber como os mesmos nos representam e se vai de acordo com os anseios da sociedade.

Para Sá (1996), as representações têm por objectivos sistematizar a realidade e o ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana, pois por meio do diálogo, as representações transformam e interpretam a realidade dos indivíduos que produzem e comunicam suas representações. Para Rangel (2004), a

representação social é uma forma de conhecimento que torna familiar, sedimenta, incorpora, assimila os objetos, fazendo com que um conhecimento ou objeto, exterior ao indivíduo, passe a ser interiorizado.

Mediante o exposto acima pelos entrevistados, baseando-se em parte dos conceitos apresentados por Sá (1996) e Rangel (2004), podemos aferir que o parlamento tem a missão de sistematizar a realidade e o ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana, porém, as inquietações, os representantes devem ter o conhecimento de forma detalhada em projectos e com as supostas soluções.

## CONCLUSÃO

O presente artigo tinha por o objectivo compreender o modelo de representação sociológica na política Moçambicana, como também, refletir sobre o modelo de representação sociológica em Moçambique a partir de uma Interlocação Ingresse a Teoria e a Prática. Todavia, foram entrevistados 15 sujeitos de pesquisa, dentre funcionários públicos e docentes universitários. Mediante as técnicas de pesquisa bibliográficas, documental e a entrevista semiestruturada foi possível aprofundar o conhecimento do tema. Feito o trabalho, concluímos que:

O processo de representação social advém do percurso das interações sociais, onde em várias facetas ocorrem as representações sociais. Para tornarmos real a representação sociológica na política moçambicana à que se levar em conta o modelo espelho ou sociológico, pelo facto, este, estar assente na vontade popular; Para ser representante em sede parlamentar, a condição não pode ser só a pertença de uma determinada filiação partidária, mais também ser cidadão nacional, sobretudo submeter projecto e proposta de candidatura;

O representante da sociedade deve ser filho do povo moçambicano, ser patriota com sentimento e devoção a esta pátria; conhecer os reais problemas que apoquentam o povo em todos os estratos sociais, ser defensor de causas sociais; ser eleito a partir da base, ou seja, da

comunidade, como também ter domínio na matéria legislativa;

A insuficiência democrática é a falha do sistema de funcionamento da política e da governação do Estado. O parlamento tem a missão de sistematizar a realidade e o ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana, porém, as inquietações, os representantes devem ter o conhecimento de forma detalhada em projectos e com as supostas soluções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cantelli, V. (s.d) *Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus filhos*. Campinas: Tese de Dout
- Cancian, R. (s.d). *Representação política - Três modelos de representação política*
- Cotta, M. (1992). *Representação política*. In: Bobbio, N.; Matteucci, N. & Pasquino, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 4ª ed. V. 2. Brasília: UNB.
- Correia, B. (2023). *Insuficiência democrática*. Acessado em:
- Denegri, M (1998). *La construcción de nociones económicas en la infancia y adolescência*. In: Ferro, J. e Amar, J. *Desarrollo humano: perspectivas siglo XX*. Colombia: Universidad del Norte Ediciones.
- Doise, W. (1992). *L'ancrage dans les études sur les representations sociales*. *Bulletin de Psychologie*, 405, 189-195.
- Moscovic, S. (1978). *A Repesentação Social da Psicanálise*, Rio de Janeiro. Zahar
- Moscovici, S. (2003). *Social Representations*. Cambridge: University Pres
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes,
- Parreira, P. Mónico, J. Paiva, T. Alves, L (2018). *Análise das Representações Sociais e do Impacto da Aquisição de Competências em Empreendedorismo*

- nos Estudantes do Ensino Superior Politécnico.
- Piaget, J. (1974/1994) A representação do mundo na criança. Rio de Janeiro: Record.
- Rangel, M. (2004). A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas sócio educacionais. São Paulo: Idéias e letras.
- Sá, C. (1995) Núcleo central das representações sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- Sousa, J. 1971). Da representação política São Paulo: Saraiva
- Osti, A. Silveira, C. Brenelli, R. (2018). Representações Sociais – Aproximando Piaget e Moscovici.